



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela História; v. 2)

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-915-8
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista Francisco de Assis de Sousa Nascimento Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

DOI 10.22533/at.ed.1582015018

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS

Data de aceite: 05/12/2019

Éder da Silva Novak

Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em História (UFGD). Email: edernovak@ufgd.edu.br.

Maria Simone Jacomini Novak

Professora do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR -Campus de Paranavaí). Doutora em Educação (UEM-PR). Email: maria.novak@unespar.edu.br.

As pesquisas sobre os povos indígenas no Brasil até há algumas décadas estavam concentradas no campo da antropologia. Contudo, uma mudança significativa pode ser constatada nos últimos trinta anos, com as pertinentes críticas às abordagens sincrônicas no âmbito dos antropólogos e o interesse cada vez mais acentuado dos historiadores pela temática indígena. Embora alguns pesquisadores reproduzissem a suposição da invisibilidade do indígena na história e a ideia de uma sistemática destruição das fontes que pudessem retratar a história indígena, as consultas nos arquivos possibilitaram o acesso de inúmeras referências aos índios do Brasil.

Conquanto, grupos de pesquisadores surgem em diferentes estados do país, objetivando restabelecer uma narrativa mais contundente sobre a participação indígena na história do Brasil, conectando em seus estudos a política indigenista e a ação/articulação dos povos indígenas em defesa dos seus direitos.

Grande parte da historiografia brasileira omitiu/excluiu o protagonismo indígena dos processos sócio-históricos, seja pelos princípios metodológicos ou mesmo pelas diferentes intencionalidades em ocultar a participação das diversas etnias na história do Brasil. Entretanto, na segunda metade do século XX, devido, sobretudo, às estratégias e políticas do próprio movimento indígena no Brasil, estreou-se uma diferente perspectiva na elaboração das narrativas históricas, incluindo a agência dos povos indígenas.

Essa historiografia renovada, sobretudo, nas últimas décadas, contempla o indígena não mais como mero participante e em momentos pontuais da história do Brasil, mas apresenta-o enquanto agente sócio-histórico. Nas universidades e centros de pesquisa essa nova historiografia despertou um maior interesse por parte dos estudiosos, o que possibilitou um crescente número de especialistas na área história indígena, inclusive com intelectuais

indígenas, com maior produção acadêmico-científica a ela relacionada.

Essa nova maneira de apresentar a história indígena possui uma estratégia de pesquisa interdisciplinar, contando com métodos e dados de várias disciplinas como História, Antropologia, Arqueologia, Linguística, Geografia, Ecologia, dentre outras, além das memórias e dos etnoconhecimentos dos chamados povos tradicionais. Essa interdisciplinaridade é fundamental para que as novas abordagens se diferenciem da chamada história tradicional, que opera basicamente pelo uso dos códigos e das categorias explicativas coloniais do conhecimento, ignorando as diversas historicidades e matizes de registro e compreensão da história.

John Manuel Monteiro (1995) colocava há quase três décadas um duplo desafio para a história indígena: recuperar o indígena como sujeito histórico e repensar a história do Brasil com a incorporação das narrativas (memórias) dos indígenas sobre os fatos/eventos.

A história dos povos indígenas e suas relações com os não-índios é marcada pela guerra, tanto em seu sentido bélico, quanto ao relacionado à política de alianças e negociações em torno dos territórios em disputa. Neste interim, é necessário demonstrar as estratégias, formas e conteúdos das relações estabelecidas entre os colonizadores e as sociedades indígenas, na busca pela afirmação de seus respectivos modos de vida. Conquanto, não apenas produzir uma história polarizada e simplificante das relações entre índios e não-índios, mas uma história que seja reveladora da riqueza das situações históricas e dos contextos político-social estabelecidos pelos sujeitos em ação. Os indígenas, enquanto protagonistas de suas histórias, desenvolveram em diferentes contextos, com genialidade e por meio de diversas estratégias, políticas próprias para compreenderem os mecanismos de funcionamento da sociedade não-indígena e sua política indigenista, conseguindo, assim, manter parte de seus territórios e a sua continuidade enquanto populações diferenciadas entre si e dos não-indígenas.

Indubitavelmente, ocorreram mudanças na forma de vida indígena, mas não se deve colocar a subordinação das diferentes etnias, enquanto uma resultante absoluta do contato dos índios com os instrumentos do colonizador. Não ocorreu a homogeneização esperada pelo estado, sendo que os grupos indígenas reelaboraram sua concepção de sociedade e de mundo, mas mantiveram um modo próprio de ocupação do espaço e construção do tempo, por meio da sua lógica, relacionada a um novo contexto histórico. Destaca-se a luta indígena pela terra, como forma de concretização da sua vida material, para a sobrevivência das suas comunidades.

Certamente que o vetor da história não é equilibrado, que as terras tomadas e os direitos escamoteados excedem em muito as vitórias obtidas pelos indígenas. As relações entre indígenas e não indígenas não podem ser tratadas de forma simétricas. Mas falar da ação indígena é muito importante, pois sem ela o presente dos indígenas seria outro e bem mais desfavorável. Os personagens e as estratégias de luta devem assim ser lembrados como uma inspiração importante para o presente.

Georges Balandier (1972) definiu como situação colonial o conjunto das relações

entre as denominadas: civilização europeia e sociedades autóctones. Para o autor, uma minoria estrangeira com pretensa superioridade racial objetiva dominar a maioria da população local, seja através da força ou de um conjunto de valores, normas e comportamentos. Em outro trabalho Balandier (1987) demonstra a dinâmica interna das sociedades ditas tradicionais, afirmando que todas as sociedades humanas produzem políticas e que assimilam as transformações de um novo contexto histórico. Balandier (1976) ainda diz que nenhuma sociedade pode ser definida e determinada apenas por suas características internas. Tanto a dinâmica de suas especificidades internas quanto aquela provocada externamente, devido o contato com outras sociedades, são elementos que compõem as características de certa sociedade.

Contudo, a noção de situação colonial precisa estar conectada com a ideia de situação histórica, desenvolvida por João Pacheco de Oliveira (1988), que auxilia na formulação de teorias que criticam a desintegração cultural, a aculturação, assimilação, ou mesmo, a extinção das sociedades indígenas, revelando as mudanças após o contato indígena/não-indígena, como ações estratégicas enquanto sujeitos que formulam e estabelecem políticas próprias para o relacionamento com o outro. Assim, Oliveira (1988) propõe a ideia de situação histórica, revelando as relações entre os diversos sujeitos sociais presentes em cada contexto histórico, inclusive os indígenas, pois são povos que não possuem uma cultura imutável, mas que se transformam de acordo com as situações históricas advindas do contato com os integrantes de outras sociedades.

Obviamente, não resta dúvidas que o conquistador tem seus objetivos traçados e planejados. Mas é essencial também revelar e compreender os objetivos daqueles que deveriam ser conquistados, ou seja, os interesses dos povos indígenas também estão em jogo. As diferentes etnias indígenas promoveram uma reação à conquista, com estratégias de informação do outro e desinformação de si, alianças e subordinações intencionais, demonstrando permeabilidade diante de novos contextos históricos.

Dessa forma, o Brasil é o resultado de uma história de múltiplos sujeitos, com distintas histórias e culturas, que se confrontaram à medida que as fronteiras da nação avançaram sobre os territórios indígenas. O Brasil atual é o resultado de processos históricos complexos de encontros e desencontros de diferentes povos, com objetivos antagônicos, envolvendo conflitos armados, negociações, fissões entre grupos e povos e alianças políticas.

Os impactos da colonização não podem ser descritos de maneira sintética apenas em termos de um grupo étnico ou mesmo de comunidades locais. Uma mesma etnia pode passar por situações históricas bastante distintas, estabelecer modos de relacionamento contrastantes com as diferentes faces da sociedade não indígena com a qual se encontra. Para compreender este fenômeno é necessário fugir das generalizações apressadas e buscar nas unidades sociais mínimas um protagonismo que pode ser realmente explicativo de suas lutas e do futuro que pretendem construir. Assim, em combinação com as análises em outras escalas, se poderá encontrar

efetivamente a dinâmica da política indígena.

[...] o mundo do gênero humano constitui uma multiplicidade, uma totalidade de processos interligados e que as investigações que desagregam essa totalidade e, em seguida, deixam de reagregá-la, falsificam a realidade. Conceitos como nação, sociedade e cultura nomeiam apenas fragmentos e ameaçam transformar os nomes em coisas. Somente ao entender tais nomes como feixes de relacionamentos, voltando a inseri-los no campo de que foram abstraídos, é que podemos ter a esperança de evitar interferências enganosas e aumentar nossa cota de compreensão (WOLF, 2005, 25).

De forma brilhante, Eric Wolf (2005) estabelece a relação entre o micro e o macronível, criticando as abordagens holísticas que não voltam a atenção às conjunturas e singularidades locais, como também refuta a fragmentação e o reducionismo que isola o local dos processos históricos mais amplos.

Se existem conexões em todos os lugares, por que insistimos em transformar fenômenos dinâmicos, interligados, em coisas estáticas, desligadas? Ao transformar nomes em coisas, criamos falsos modelos de realidades. Ao dotar as nações, as sociedades ou as culturas com as qualidades de objetos internamente homogêneos e externamente distintos e limitados, criamos um modelo do mundo como se fosse um salão de sinuca global, no qual as entidades giram e se encostam umas às outras como se fossem duras e redondas bolas de bilhar! Assim, torna-se fácil classificar o mundo em diferentes bolas coloridas, declarando que o ocidente é ocidente, o oriente é oriente e os dois jamais se encontrarão (WOLF, 2005, 29).

Trazendo para o tema central desse texto: afirmando que o branco é branco e o índio é o índio e os dois não estabeleceram/estabelecem diferentes formas de relações sócio-históricas. As atitudes, os pensamentos e as declarações indígenas devem ser vistas como os elementos complexos de um sistema de significações, de um código, cuja análise estrutural, em uma escala global, não consegue revelar. É necessária uma diversificação das escalas de análises, uma observação etnológica mais densa e minuciosa, um exame de situações particulares e locais, de individualidades concretas, retratando não apenas as práticas cotidianas comuns, mas também as excepcionais, não apenas as permanentes, mas também as temporárias, não somente as situações centrais, mas inclusive as periféricas, demonstrando todos os redutos da realidade social gerada no e pelo contexto histórico, para conforme Bensa (1998) descobrir a ordem secreta das coisas.

Fredrik Barth (1976), ao analisar o que são grupos étnicos, mostra que geralmente a antropologia parte do pressuposto de relacionar as unidades étnicas a cada cultura, ou mais claramente, que há grupos humanos que têm o mesmo comportamento descrito pela mesma cultura. O autor afirma que as diferenças entre culturas, assim como suas fronteiras e vínculos históricos, receberam muita atenção. Contudo, a constituição dos grupos étnicos e a natureza de suas fronteiras não foram examinadas de maneira tão sistemática. Dessa forma, prevaleceram os estudos de grupos isolados, como se vivessem numa ilha e não entrassem em contato com outros sujeitos. Este olhar

simplificador sobre os grupos étnicos demonstra que o isolamento geográfico e social é o responsável pela manutenção da diversidade cultural. Uma análise tão superficial que não deixa vir à tona os elementos complexos das relações interétnicas promovidos pelo contato nas regiões de fronteiras.

A interação entre os grupos étnicos no sistema social não leva ao desaparecimento de um dos grupos, devido às mudanças e/ou aculturação. As diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. Todas estas relações não poderiam ser retratadas se assumir a posição de analisar cada grupo étnico de uma forma isolada, enfatizando as diferenças raciais, culturais, separando socialmente o grupo étnico, através de barreiras linguísticas, hostilidades espontâneas e organizadas. Conforme Bensa (1998) as sociedades não constituem blocos compactos, mas são tecidas com múltiplas estratégias que se entrecruzam, num espaço de interlocuções, confrontos e desafios.

A propósito das debilidades inerentes ao conceito de aculturação:

Um primeiro aspecto a considerar é que o conceito de aculturação deve ser amplamente criticado por sua imprecisão e generalidade, homogeneizando situações muito diversas e não apontando para fatores determinantes. Distanciando-se apenas de uma condição irreal e fantasmática (as culturas indígenas 'intocadas'), não tem qualquer valor operativo e analítico. Ou seja, é um conceito cuja validade científica deve ser negada [...]. A incorporação de rituais, crenças e práticas exógenas não necessariamente significa que aquela cultura já não seria 'autenticamente indígena' ou pertencesse a 'índios aculturados' (no sentido pejorativo de 'ex-índios' ou 'falsos índios'). Operadores externos são ressemantizados e fundamentais para a preservação ou adaptação de uma organização social e um modo de vida indígena (OLIVEIRA, 1999, 116-117).

Dessa forma, é necessário revisar as concepções tradicionais de cultura. Estas concepções impedem a compreensão de como a unidade e a integração de um grupo étnico eram alcançadas, sob que circunstâncias e com qual grau de uniformidade ou diferenciação. É preciso substituir esta visão fácil demais da homogeneidade cultural por uma perspectiva muito mais organizacional, que veja a construção e a reconstrução da cultura em termos de processos históricos particulares, especificáveis, de organização e comunicação, sempre desenvolvidos em contextos de diferentes interesses, oposições e contradições. Conforme Wolf (2003), o desafio é compreender a cultura sempre em formação, aprender a entender como os protagonistas combinam práticas velhas e novas e figurações sempre novas e renovadas, em uma ação em andamento.

Não basta trabalhar com as diferenças culturais, religiosas ou políticas. É preciso usar a situação colonial, a relação com a metrópole. Os povos indígenas não vivem no abstrato, mas em condições históricas marcadas, em que as situações históricas influenciam as decisões e as escolhas dos índios, nas suas vidas, na sua organização social.

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava porém irracionalmente à invasão europeia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam (MONTEIRO, 1999, 248).

Conquanto, a preocupação não pode ser a de:

[...] delimitar unicamente uma história dos indígenas, mas sim, em refletir sobre conjuntos de relações estabelecidas entre os indígenas e os demais atores e forças sociais que com eles interagem. Não é possível defender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem – ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escalas e temporalidades, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas um fato constitutivo, que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico (OLIVEIRA, 2016, 7).

Há pesquisadores que ainda se deixam levar pelo discurso hegemônico oficial, reproduzindo uma história canônica, na qual omitem a participação e a própria existência das diversas etnias indígenas. Existem outros que até admitem essa existência, mas apenas a partir do século XVI. Alguns caem em um outro mito consagrado: o da conquista pacífica, afirmando que a civilização ocidental veio para a salvação dos indígenas, retirando-os da vida errante, da barbárie e ensinando-lhes o caminho do ser civilizado. Muitos revelam apenas a imposição da sociedade europeia e seus descendentes sobre os povos indígenas, como se estes compusessem uma sociedade alienada, sem políticas próprias e sem culturas específicas e distintas entre suas variadas etnias. Há ainda aqueles que adotam a ideia de vitimizados, coitados dos índios, foram mortos pelos europeus e seus descendentes e os sobreviventes inseridos na sociedade nacional. São análises históricas ainda insuficientes, pois pecam em seu aprofundamento metodológico e teórico, adotando uma postura de interesses pessoais e/ou políticos ou simplesmente são frutos de algumas variações apaixonantes de seus respectivos autores.

Recolocar os indígenas como agentes efetivos na construção do Brasil não é uma tarefa com repercussões restritas e pontuais. À semelhança de mexer em um castelo de cartas, somos involuntariamente conduzidos a rever as interpretações mais frequentes e consagradas que eminentes historiadores, sociólogos, geógrafos, economistas e antropólogos formularam sobre o país. Buscar a melhor compreensão das motivações e dos significados das ações realizadas pelos indígenas implica lançar outra luz sobre eventos e personagens da história nacional. As repercussões disso frequentemente vão muito além da temática indígena e dos objetos usuais da etnologia (OLIVEIRA, 2016).

E assim como a metáfora do castelo de cartas, quando se retira uma carta

o castelo toda se desmorona, a formação histórica do Brasil também passa pelos indígenas, em todos os contextos, não apenas no século XVI. Ignorá-los é como retirar uma carta do castelo, desmoronando as narrativas que abordam a história do país sem a participação indígena.¹

Além disso, não se pode mais ficar preso às abordagens naturalistas, em que a relação sujeito e objeto se dá de forma cristalizada. É preciso manter uma relação dialógica entre o sujeito observador e observado, pois os indígenas não são apenas o objeto, eles são sujeitos, presentes nas universidades e em diversos outros espaços da sociedade não indígena, graduandos e formados, professores e diferentes profissionais, pós-graduandos, mestres, doutores, pesquisadores, palestrantes, conferencistas.

No Brasil foram quase cinco séculos de políticas indigenistas que buscaram eliminar os indígenas e anular sua identificação étnica, por meio de violências físicas ou simbólicas, promovendo uma redução drástica da população indígena. Contudo, nas últimas três décadas as etnias indígenas vêm crescendo demograficamente, graças à articulação do Movimento Indígena e suas conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, nas áreas da saúde, educação e demarcação de terras, como também a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da alteridade étnica. Destaca-se ainda a Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas, buscando demonstrar o protagonismo indígena na história do Brasil.

No atual contexto de ameaças a essas conquistas são necessárias ações que aproximem universidade e escola, universidade e sociedade, e que articule a pesquisa, ensino e extensão na formação de novos professores, que possam cooperar na desconstrução de preconceitos e estereótipos em relação aos indígenas, levando aos estudantes das escolas públicas e privadas de todo o país, a historicidade e a diversidade cultural das etnias. É preciso proporcionar um contundente debate nas escolas, almejando a compreensão da história dos povos indígenas e suas lutas em defesa dos seus territórios, como forma de concretização da vida material de suas comunidades, assim como do convívio democrático entre indígenas e não indígenas.

É nesse sentido que algumas ações estão sendo desenvolvidas pelo Curso de Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Destacam-se aqui o Projeto de Extensão “Aproximando universidade e escola, teoria e prática: oficinas de história e cultura indígena nos campos de estágio”, desenvolvido em 2018 e 2019 e já aprovado para o ano de 2020, e o PIBID História UFGD (2018-2020), cuja temática desenvolvida é “História e Cultura Indígena”. Ambas as ações atendem alunos do ensino médio de oito escolas estaduais da cidade de Dourados e Caarapó (MS), totalizando mais de mil alunos participantes. Importante enfatizar ainda a formação inicial dos futuros professores de história e historiadores, com aprofundamento na temática história e cultura indígena. Ao todo são 28 acadêmicos

1 Essa metáfora do castelo de cartas foi apresentada por João Pacheco de Oliveira, na Anpuh Nacional de Recife, em 16 de julho de 2019, durante a conferência intitulada “História, direitos indígenas e mobilizações políticas”.

da graduação em história que participam do PIBID e mais 15 integrantes da equipe do projeto de extensão.²

São iniciativas de suma importância:

No caso de ensino de história e cultura indígena na educação básica, é preciso registrar a escassez de obras voltadas a tal finalidade, pouco diálogo entre a produção acadêmica e a produção escolar. Da mesma forma, há sensíveis diferenças entre o ensino de história indígena no âmbito da educação indígena e o ensino de história indígena em todos os níveis da educação básica. Nota-se, também, o vigor com que perduram datas cívicas como o 19 de abril na educação infantil, as quais perpetuam, ainda hoje, estereótipos e valores equivocados a respeito dos indígenas brasileiros e de sua história (PEREIRA, 2012, 318).

Contudo, não podem ser ações apenas pontuais, mas que precisam ser pensadas de forma sistêmica e contínua:

Não basta mudar as valorações da narrativa convencional, informando às crianças e à opinião pública de que os índios não são maus, indolentes ou traiçoeiros. Quando trazemos para livros didáticos, exposições e entrevistas exemplos belíssimos da humanidade dos indígenas, da elevação de seus valores éticos e estéticos, elementos de que as nossas etnografias estão repletas, não somos de fato ouvidos. De pouco vale enxertar dados e imagens em uma estrutura complexa que lhes é totalmente adversa, montada para excluir ou ressignificar informações que contrariem seus pressupostos (OLIVEIRA, 2016, 45).

É preciso lembrar que o conhecimento histórico não se constrói apenas nos espaços formais de ensino-aprendizagem (escolas e universidades). É visível e de conhecimento de todos o quanto os meios de comunicação, as redes sociais, igrejas, entre outros, influenciam na produção do conhecimento histórico e na interpretação de fatos e eventos.

Nossos dados e interpretações não permanecem na cabeça das pessoas porque contraditam uma narrativa que lhes é antagônica, assentada em pressupostos não demonstrados, mas inteiramente naturalizados pelas pessoas e instituições. Assim, é importante que façamos um esforço de crítica de algumas categorias e esquemas analíticos que são aplicados em geral para compreender a presença indígena no Brasil atual. Trata-se de uma história com interpretações do Brasil baseadas em categorias coloniais e imagens reificadoras que precisam ser revistas, pois os instrumentos de essencialização com que operam não servem mais nem à pesquisa científica, nem contribuem para o aumento do protagonismo indígena. É imprescindível implodir esta narrativa, anular os seus efeitos de verdade e instituir outra chave de leitura da história do país (OLIVEIRA, 2016, 45-46).

Entretanto, é necessário um ponto de partida para evidenciar uma diferente perspectiva da história que negligenciou a participação indígena na formação do Brasil. É preciso desenvolver um espaço de promoção e articulação entre os conteúdos teórico-metodológicos ensinados/aprendidos durante a graduação em história, com

² Os primeiros resultados dos projetos foram apresentados no IX Congresso Internacional de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), realizado entre os dias 7 a 9 de outubro de 2019. Em breve esses trabalhos podem ser consultados nos Anais do evento.

a realidade de ensino da educação escolar, reduzindo as distâncias que separam a teoria da prática, contribuindo para a formação dos futuros professores e historiadores. Também é primordial integrar pesquisa/ensino/extensão, aproximando o conhecimento acadêmico e escolar, estreitando as relações entre universidade e escola, abrindo a possibilidade da construção de um conhecimento histórico em conjunto, neste caso específico, sobre a temática História e Cultura Indígena.

Por último, e não menos importante, é essencial atender de forma concreta às demandas da Lei 11.645/2008, para o combate aos preconceitos e na desconstrução de mitos e estereótipos existentes em relação aos indígenas do Brasil, trazendo a historicidade desses povos e a compreensão da sua diversidade cultural.

Dessa forma, é preciso gerar nos alunos das escolas e universidades um novo olhar sobre os indígenas, suas histórias e suas culturas. Um primeiro passo para a mudança de uma realidade marcada pela intolerância, preconceito, ignorância e violência contra os povos indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. Antropologia política. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BALANDIER, Georges. As dinâmicas sociais: sentido e poder. São Paulo: Difel, 1976.

BALANDIER, Georges. El concepto de situación colonial. Ciudad de México: [s.n.], 1972.

BARTH, Fredrik. Los grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BENSA, Alan. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. Jogos de Escala. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 39-76.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). A temática indígena na Escola. MEC, Brasília, 1995, p.221-228.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PEREIRA, Júnia Sales. Do colorido à cor: o complexo identitário na prática educativa. In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida. Et. Al. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora F, 2012. p. 306 a 321.

WOLF, Eric R. A Europa e os povos sem história. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2005.

WOLF, Eric R. Etnicidade e nacionalidade. In: FELDMAN-BIANCO B.; RIBEIRO, G. L. (Org.) Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo: UNB, UNICAMP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0